

SUMÁRIO

Currículo Resumido dos Autores	13
Nota dos Organizadores	17
Prefácio	21

PARTE I

ASPECTOS DESTACADOS DA ADVOCACIA INTERNACIONAL, 23

O exercício da advocacia internacional no Brasil e a liberalização dos serviços legais

TÂNIA MOTA, 25

1. O Exercício da Advocacia no Brasil	25
2. Serviços jurídicos do profissional estrangeiro no Brasil	27
2.1 Pressupostos para exercício da atividade do Profissional Estrangeiro	29
2.2 Principais argumentos da Ordem dos Advogados do Brasil	30
3. “Regime de Reciprocidade de inscrição” aos Portugueses ...	32
4. Acordos internacionais que tratam da liberalização dos serviços legais	33
4.1 Na organização Mundial do Comércio (OMC)	34
4.2 No Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	38
4.3 Na União Européia	40
5. Breve panorama sobre o crescimento da oferta dos serviços jurídicos no âmbito internacional	43
6. Considerações finais	46
7. Referências	47

A importância do Direito comparado para a advocacia internacional

OSVALDO AGRIPINO CASTRO JR., 51

1. Direito Comparado: Conceito	51
2. Microcomparação	60

3. Macrocomparação	61
4. Elementos determinantes	62
5. Método Comparativo Diacrônico	67
6. Método Comparativo Sincrônico	69
7. Considerações finais	70
8. Referências	70

PARTE II

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO, 73

A jurisdição em matéria contratual no âmbito do Mercosul MARÇAL GARAY BRESCIANI, 75

1. Introdução	75
2. Protocolo de Buenos Aires: considerações gerais	76
3. A jurisdição em matéria contratual com cláusula de eleição	83
4. A jurisdição em matéria contratual sem cláusula de eleição	89
5. Considerações finais	92
6. Referências das fontes citadas	93

A Homologação de Sentenças Estrangeiras Civis no Brasil

JANAYNA DEEKE GRÜTZMACHER, 95

1. Homologação de Sentenças Estrangeiras	95
2. Inovações à luz da Emenda Constitucional 45/2004	98
3. Procedimento e Requisitos (Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça)	101
Considerações finais	105
Bibliografia	107

PARTE III
GATT E OMC, 109

**Os 60 anos do GATT e o sistema de solução
de controvérsias**

RENATA VARGAS AMARAL, 111

1. Introdução	111
2. Solução de Controvérsias no GATT	113
3. O que mudou em 1994	117
4. O Órgão de Solução de Controvérsias da OMC	121
5. Considerações Finais	125
Referências Bibliográficas	126

**OMC – Organização Mundial do Comércio: a participação
brasileira na organização internacional**

TATIANNNA TARSILA ADRIANO, 129

Introdução	129
1. Formação da Organização Mundial do Comércio	129
2. Considerações sobre a participação brasileira na Organização Mundial do Comércio	133
3. Multilateralismo: opção estratégica	138
Considerações Finais	141
Referências Bibliográficas	142

PARTE IV
CONTRATOS INTERNACIONAIS, 145

A formação dos Contratos Internacionais do Comércio
JULIANO CARDOSO SCHAEFER MARTINS, 147

1. Introdução	147
2. Considerações do tema no direito brasileiro	147
3. Conceito de Contrato Internacional Comercial	149

4. Formação dos Contratos Internacionais Comerciais: conceito e encontro das partes	152
5. Negociação, decisão e contrato definitivo	156
6. Considerações finais	163
7. Referências das fontes citadas	164

Os *Incoterms* nos contratos internacionais comerciais
GUILHERME PAZINI BORTOLUZZI, 167

1. Introdução	167
2. A contratação Internacional	168
3. Os <i>Incoterms</i>	172
4. Os <i>Incoterms</i> e seus 13 tipos	177
5. Considerações finais	185
6. Referências das fontes citadas	186

**A Bitributação internacional e as cláusulas tributárias
em contratos internacionais do comércio**
DIOGO ANTÔNIO CORREA DOS SANTOS, 189

Introdução	189
1. O comércio internacional	190
1.1. A <i>Lex Mercatória</i>	191
1.2. Direito comercial internacional	192
2. Contratos Internacionais	193
2.1. Contratos Internacionais do Comércio	195
2.2. Formação dos contratos internacionais do comércio	196
2.3. A conclusão do contrato internacional do comércio	197
2.4. As cláusulas nos contratos internacionais do comércio	197
3. O Direito Tributário Internacional	198
4. O Fenômeno da Bitributação Internacional	199
4.1. Princípio da territorialidade (<i>source income taxation</i>)	201
4.2. Princípio da universalidade (<i>worldwide income taxation</i>)	202

4.3. Os Tratados Internacionais em matéria Tributária	203
4.4. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)	203
4.5. Principais formas de eliminação da bitributação	204
5. Cláusulas Tributárias em Contratos Internacionais do Comércio para evitar a Bitributação	206
Considerações Finais	208
Bibliografia	210

Autonomia da vontade nos contratos internacionais como instrumento de desenvolvimento no Brasil

THALIS RYAN DE ANDRADE, 213

Introdução	213
1. Breve síntese da evolução do conceito de desenvolvimento	215
2. Os contratos internacionais	219
3. A questão da autonomia da vontade	221
3.1. A evolução (involução) legislativa	222
3.2. A autonomia da vontade na arbitragem como um primeiro passo para o desenvolvimento	227
Considerações finais	229
Bibliografia	231

O Procedimento para o Registro Internacional de Marcas Brasileiras à Luz do Protocolo de Madri

RODRIGO SLUMINSKY, 233

Introdução	233
1. O Registro Internacional de Marcas Brasileiras conforme Modelo Jurídico Vigente	236
2. O Sistema de Madri	238
3. O Procedimento para o Registro Internacional de Marcas Brasileiras à Luz do Protocolo de Madri	242
Considerações finais.	251
Bibliografia	253

PARTE V
DIREITOS DA CIDADANIA, 255

O Instituto da Nacionalidade no Brasil dos Dias Atuais
EGILSON SOUZA SALOMÃO, 257

I. Introdução	257
II. Considerações Preliminares	258
III. Nacionalidade: Conceito	259
IV. Breve Histórico do Instituto da Nacionalidade	260
V. A Nacionalidade nas Cartas Políticas do Brasil	261
VI. A Nacionalidade como Objeto do Direito Internacional Privado	268
VII. Aquisição da Nacionalidade: Formas	270
VIII. Nacionalidade Originária	271
IX. Opção de Nacionalidade	274
X. Nacionalidade Derivada	274
XI. Perda da Nacionalidade	276
XII. Conclusão	277
XIII. Referências	278

**A flexibilização do Direito do Trabalho frente ao mercado
globalizado e suas perspectivas**
ALEXANDRE ROBERTO FERNANDES, 279

1. Introdução	279
2. Conceito de flexibilização das normas trabalhistas	279
3 O comportamento das empresas e do mercado frente ao neoliberalismo e as relações globalizadas	280
4. O Direito comparado	288
5. A polêmica sobre a convenção 158 da OIT	289
6. Considerações finais	292
Referências	293

A cidadania no contexto da formação da União Européia
JULIANA SILVA DA ROCHA, 295

1. Introdução	295
2. A história da cidadania no mundo	295
3. O surgimento da união européia	298
4. O progresso da cidadania no processo de integração dos países europeus, até a formação da União Européia	302
5. Necessidade de elementos mais robustos para atingir-se a uma cidadania européia sustentável	306
6. Considerações finais	310
7. Referência das fontes pesquisadas	311